

AGRONEGÓCIO, CONVENÇÕES ECONÔMICAS E O “MUNDO DO AGRO”

ANDREIA TONANI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS)

ANA CAROLINA NOGUEIRA GONÇALVES

MARIA CAROLLINA PADILHA MONTENEGRO REIS

RÔMULO CARVALHO CRISTALDO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)

ELCIO GUSTAVO BENINI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS)

Agradecimento à órgão de fomento:

A CAPES pelo suporte financeiro.

AGRONEGÓCIO, CONVENÇÕES ECONÔMICAS E O “MUNDO DO AGRO”

1 INTRODUÇÃO

O desempenho do agronegócio brasileiro — setor apontado como um dos pilares da economia nacional ao representar, a depender do ano, algo próximo de 25% do PIB (CEPEA, 2024) — é frequentemente atribuído a uma espécie de "vocação natural" (Fonseca, 2004; Azambuja, 2016) determinada, principalmente, por uma dotação favorável de recursos como terra. Esse talento natural conferiria ao setor — e ao Brasil no cenário global — vantagens comparativas. Modelos clássicos de comércio internacional como os de Ricardo e Heckscher-Ohlin são amplamente utilizados para explicar e justificar tais vantagens e consequente padrão de especialização produtiva.

No entanto, uma análise da dinâmica das políticas públicas voltadas ao agronegócio no Brasil sugere que seu desempenho parece determinado para além de fatores exclusivamente relacionados à dotação de recursos. Isso porque o setor tem se beneficiado de um conjunto relevante de medidas que contribuem para alavancar sua competitividade. Entre esses mecanismos, destacam-se o acesso facilitado a crédito para aquisição de insumos, comercialização e estocagem, incentivos fiscais às exportações e ao uso de insumos como defensivos agrícolas, acesso ampliado a informações técnicas, renegociações e perdões de d vidas, entre outros (Locatel; Lima, 2016; Montezuma, 2020; Elias, 2021; Bruno, 2022; Campos, 2023). Nesse sentido, o desempenho do agronegócio brasileiro parece resultado tanto de condições naturais favoráveis quanto deste conjunto de condições diferenciadas, especialmente evidentes em alguns subsectores do agroneg cio¹.

Este estudo parte do pressuposto de que, na sociedade brasileira, vem se consolidando aquilo que pode ser identificado como um verdadeiro "mundo do agro" (Tonani; Cristaldo; Benini, 2024a),   luz da teoria das convenções (Boltanski; Thévenot, 2021). Esse "mundo" favoreceria a capacidade de mobilização do setor e de definição de seus interesses de forma coesa. Trata-se de um espaço social estruturado por uma convenção específica do agro — um princípio comum e legitimado que reúne diferentes atores sob regras amplamente reconhecidas e aceitas. Nesse contexto compartilhado, os participantes são conectados por um estilo de vida, cultura, expectativas, valores e princípios em comum. Há, portanto, uma forma coletiva de interpretar, avaliar e atribuir valor a bens, objetos e pessoas (Diaz-Bone, 2016), constituindo o que se pode chamar de uma convenção.

A teoria ou economia das convenções (TC ou EC doravante) tem sido utilizada em pesquisas do agronegócio: aparece como explicativa de tendências globais em setores, certificações e *commodities* específicas, principalmente, do norte global; também constitui instrumental de análise em abordagens relativas ao comércio justo e outras certificações de sustentabilidade, além de “virada de qualidade” de produtos agroalimentares e surgimento de redes agroalimentares alternativas (Ponte, 2016 *apud* Swaffield; Evans; Welch, 2018). No entanto, a EC parece pouco ou não explorada como explicativa de uma representação do “mundo do agro”: em um universo pragmático do engajamento da sociedade brasileira ou, ao menos, boa parte dela em um “mundo do agro”, pede-se a compreensão da convenção que confere ao setor mérito, estima, potencialidades, merecimento, estado de valor e que, ao envolver a opinião pública, válida, legítima, justifica seus pleitos, possibilitando o atendimento às demandas do setor na forma de políticas públicas. Este “mundo do agro” pode culminar em uma convenção consolidada na representação política do setor no parlamento brasileiro: “Um dos signos dessa realidade é a força da FPA, a principal face institucional da BR, uma das maiores e mais organizadas do Congresso Nacional do Brasil (...). Na legislatura de 2010-2014, a bancada ruralista representava, respectivamente, 29% da Câmara e 22% do Senado; na de 2015-2018, essas participações são de 39% na Câmara 13% no Senado, o que garante a aprovação de seus projetos e leis (Locatel; Lima, 2016). Nas eleições de 2022, a FPA apresentou

crescimento de 24% no número de deputados (300 de um total de 513 ou 58% do total) e de 20% no número de senadores (47 de um total de 81, também 58%) (Souza, 2023).

Este trabalho tem como principal objetivo mapear a aplicação da EC como ferramenta analítica no agronegócio; em particular, se este aporte teórico tem sido utilizado na compreensão da coesão em torno deste setor na forma de uma convenção. Espera-se, assim, verificar uma possível lacuna para, se confirmada, criar subsídios para análises futuras que permitam a compreensão do "mundo do agro" no Brasil e sua influência nas políticas públicas bem como sobre os desdobramentos do próprio modelo de desenvolvimento brasileiro. Do mapeamento resultante desta revisão sistemática sobre a EC, parte-se para a sistematização dos artigos encontrados, subdividindo-se, este artigo em cinco seções: i) Introdução; ii) Referencial Teórico no qual se aborda a EC e “worlds”; iii) Metodologia; iv) Resultados e Discussões e v) considerações finais.

2 CONVENÇÕES E MUNDOS COMUNS

A “teoria das convenções” (Wilkinson, 1999, p. 64) ou “economia das convenções” (Rallet; Motlow, 1995, p. 171, tradução própria) surge de certa forma articulada à virada pragmatista da sociologia francesa no último quartel do século XX. Emerge no esteio da formação de uma teoria social empírica, pretensamente enriquecida por categorias de mediação entre grandes narrativas e o campo empírico, notadamente com foco na tomada de decisão de atores coletivos ou individuais. Sobretudo, aparece com a ambição de oferecer contrapontos para (alguns dos) princípios da ciência econômica neoclássica, especialmente concernentes a *como* se comportam atores sociais em contextos de escolha, de um lado se afastando do mero estudo das idiosincrasias, de outro, procurando evitar as grosseiras simplificações típicas da economia tradicional a qual normalmente se ergue sobre premissa da racionalidade de agentes (Diaz-Bone; Favereau, 2019).

É possível identificar ao menos duas formas de integração teórica da economia das convenções (EC). Uma como complemento, por assim dizer, microeconômico da teoria francesa da regulação (Wilkinson, 1999); outra como extensão da abordagem institucional, com o papel de explicar a maneira por meio da qual instituições são operacionalizadas em situações práticas do dia-a-dia (Diaz-Bone, 2012). Nota-se aqui, de saída, um ecletismo na EC francesa. De um lado aparece associada com a tradição heterodoxa da teoria da regulação, com vínculos no estruturalismo, keynesianismo e mesmo na perspectiva marxista (Favereau, 2002). De outro lado, é relacionada com uma perspectiva conhecida por suas indelévels vinculações com a sociologia funcionalista, dialogando com a nova economia institucional (Diaz-Bone; Favereau, 2019).

Diante de uma estrutura de instituições, os agentes econômicos — quer indivíduos ou coletivos — procuram identificar objetivos, coordenam ações, avaliam conjunturas e escolhas, bem como interagem, enfim, compartilhando entendimentos sobre o funcionamento daquelas instituições, ao mesmo tempo que inferem *como* se comportar de maneira efetiva e eficiente naqueles contextos. Esses entendimentos compartilhados sobre o funcionamento e como operar num quadro institucional particular são denominados “convenções” (Diaz-Bone; Favereau, 2019, tradução própria), que podem ser diferentes ordens, como econômicas, políticas, simbólicas e assim por diante. Se instituições são sistemas de regras dotadas de uma coerência interna que constroem e delineiam comportamentos dos indivíduos num dado contexto de relações específicas (Favereau, 2002), as convenções aparecem como a lógica compartilhada que racionaliza, decodifica esse conjunto de regras, permitindo avaliar, qualificar e valorar agentes, objetos e processos sociais.

Isto, pois, por mais que o conjunto de regras institucionais sejam abrangentes, não são capazes de antever todas as circunstâncias particulares nas quais serão necessárias,

sequer podem firmar um conjunto compreensivo de comportamentos pré-estabelecidos; logo, as instituições são construtos inevitavelmente incompletos (Diaz-Bone, 2012). As convenções permitem traduzir as instituições em termos de atitudes e decisões capazes de gerar efeitos, pertencimento, dialógica, enfim, direcionar cursos de ação coordenados para o alcance de objetivos comuns, ou comumente funcionais. A relação entre instituições e convenções, porém, não necessariamente implica alinhamento. Convenções podem se conectar de forma coerente (funcional) ou incoerente (disfuncional) às instituições. Paralelamente, atores podem se posicionar de forma crítica ou não-crítica em relação ao funcionamento do quadro institucional, o que se reflete num grau de incentivo de mudança institucional.

Embora a TC ofereça uma explicação descritiva para ocorrência desses construtos de valoração compartilhados que traduzem instituições em ações sociais concretas — novamente, o que se representa pelo conceito de convenção —, carece, ao menos até onde o estudo aqui realizado alcança, de uma análise da origem de tais convenções. Sugere-se neste trabalho ser lícito assumir, colocando a TC em diálogo com o materialismo dialético-histórico, que os aparatos institucionais e convencionais emergem das dinâmicas de fricção entre classes envolvidas numa infraestrutura de produção. A cada classe corresponde um conjunto de interesses e representações derivado do papel assumido na divisão social do trabalho (Kosik, 2002) que, em última análise, incluem convenções de ordenamento comportamental. Dessa forma, poder-se-ia dizer que as convenções dominantes em um dado contexto institucional corresponderiam aos interesses das frações ali dominantes.

Das convenções e sua estrutura sociocultural de “interpretação compartilhada dos objetos, ações, objetivos e intenções coletivas envolvidas em situações de produção, distribuição e consumo” (Diaz-Bone, 2016b) derivam, também, os “worlds” ou mundos comuns, um contexto ou ambiente social compartilhado por um grupo de pessoas onde há normas, valores e expectativas comuns que guiam o comportamento e as interações (Boltanski; Thévenot, 2021). Um mundo comum envolve um sistema de convenções que corresponde aos mecanismos de coordenação das decisões dos atores que ali transitam (Diaz-Bone, 2011). Em um mundo comum há uma confluência para um conjunto de regras socialmente aceitas, para ordens de valor internamente consistentes; são múltiplas hierarquias morais assentadas em categorias que definem o certo e o errado, o bom e o ruim, o justo e o desviante, ou seja, constituem sistemas distintos de valores (Schneider *et al.*, 2019).

The orders of worth are conceptually designed as principles of logical coherence and can be characterized along certain criteria that define the parameters of how to assess legitimacy. These parameters include the relevant mode of evaluation, the tests and proof that are needed to evaluate the worth, the objects and human beings involved, as well as their approach to time and space (Krauss; Sandäng; Karlsson, 2020, p. 2013).

Cada mundo comum é dotado de seu próprio conjunto de valores e normas, que pode ser conhecido, aceito e validado por seus membros enquanto ignorado ou considerado irrelevante em um mundo comum distinto, o que abre um leque de diferentes perspectivas e compreensão na sociedade (Boltanski; Thévenot, 2021). Neste conjunto, destaque para algumas das principais convenções e seus subsequentes “mundos”: (i) “inspired” (p. 159); (ii) “domestic” (p. 164); (iii) “fame” (p. 178); (iv) “civic” (p. 185); (v) “market” (p. 193); (vi) “industrial” (p. 203) (Boltanski; Thévenot, 2021)ⁱⁱ. Nestes mundos comuns, orbitam categorias centrais — sujeitos, figuras, objetos, qualificadores, relações de valor, relações naturais entre os seres, investimentos etc — que emolduram cada um daqueles contextos sociais em função, basilarmente, do princípio comum superior de cada “world” (**Quadro 1**). Ilustrativamente: o mundo industrial, por exemplo, tem a eficiência como princípio

comum superior a partir do qual emergem sujeitos (profissionais, especialistas, operadores etc), objetos (ferramentas, recursos, calendário etc), relações naturais (organização, controle, padronização etc), dentre outras categorias que terão suas ações justificadas naquele mundo, permitindo o acordo e a coordenação, além da qualificação de atores e objetos mutuamente.

Quadro 1 – Mundos Comuns e os Princípios Superiores Atribuídos

| Mundos Comuns | Doméstico (Domestic) | Industrial (Industrial) | Mercado (Market) | Fama (Fame) | Inspirado (Inspired) | Cívico (Civic) |
|--------------------|----------------------|-------------------------|------------------|-----------------|----------------------|----------------|
| Princípio Superior | Tradição | Eficiência | Concorrência | Opinião pública | Inspiração | Coletivos |

Fonte: Adaptado de Boltanski e Thévenot (2021). Elaboração dos autores

Neste regime pragmático de engajamento, as respostas das pessoas às situações cotidianas contêm uma ordem moral ou ética (Gálvez; Tirado; Alcaraz, 2020) já que em um mundo comum prevalece a ideia de justificação das ações individuaisⁱⁱⁱ, um processo de fornecimento de razões ou fundamentos para se validar uma ação, decisão ou crença com base em sistemas e normas de avaliação socialmente reconhecidos. “(...) a ação, quando concebida para lidar com críticas e justificativas, torna-se mais legítima ao confiar em formas de avaliação que se referem a visões particulares do bem comum (Boltanski; Thévenot, 1991 *apud* Ponte, 2016). Há o predomínio do coletivo sobre o individual que condiciona o enquadramento em normas e critérios aceitos e reconhecidos por um determinado grupo, construídos sobre uma ordem tida como justa e apropriada. Forma-se uma base para os julgamentos dos quais derivam os estados de valor que constituem atribuições de qualidades, posições, características, dentre outros, e que se traduzirão em *status*, reconhecimento, mérito, entre outros (Boltanski; Thévenot, 2021). Não apenas estados de dignidade, méritos e reconhecimentos como, também, o valor econômico pode ser construído de forma compartilhada mediante a coordenação entre os atores a partir das convenções com suas estruturas socioculturais (Diaz-Bone, 2015).

Quais as justificações para a representação efetiva do setor? O que lhe assegura legitimidade? Quais atores estariam legitimados socialmente para tal? Quem os legitima? Quais princípios e normas coordenam as ações dos seus atores? Estaria o mecanismo de mercado operando marginalmente neste contexto? Quais os benefícios acessados pelo agronegócio a partir da atribuição de valores, méritos e reconhecimento ao setor? O interesse pela EC se faz como uma forma de lançar luz a estas questões subsidiando a discussão acerca dos arranjos entre o setor, Estado e parte da sociedade civil organizada e suas agroestratégias. Isso porque a EC se manifesta como uma expressão teórica das necessidades dos agentes de estruturarem suas expectativas para fins de redução de incerteza e coordenação. Surgem, então, agendas que promovem mudanças estruturais a partir do estabelecimento de um conjunto de “conhecimento comum” que, ao ser naturalizado, seja via regras formais, coação do Estado, ou, ainda, via aprovação social, faz surgir uma convenção que, juntamente com outras regras e instituições, passa a dirigir as relações entre os agentes e determinando, no âmbito de toda a atividade econômica, seu conteúdo e forma de produção.

3 METODOLOGIA

A revisão sistemática constitui importante instrumento de pesquisa que permite aos pesquisadores reunir informações a partir de uma análise detalhada de vários materiais já publicados sobre determinado assunto e, com base nisso, apontar respostas para um problema específico (Moher *et al.*, 2009). Aqui optou-se por utilizar as diretrizes propostas pelo PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Revisões e Meta-Análises), uma vez que se trata de um protocolo que vem sendo largamente utilizado na pesquisa científica tendo em vista seu

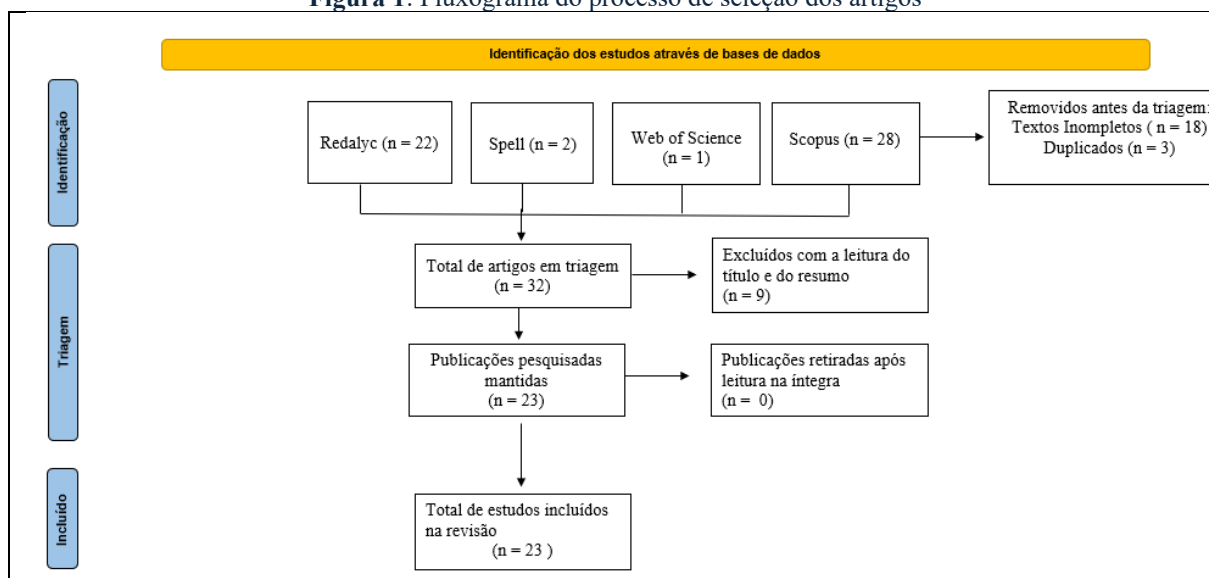
rigor e transparência (Tranfield *et al.*, 2003). Este protocolo permite aos investigadores “identificar, selecionar, avaliar e sintetizar estudos” (Page *et al.*, 2021, p.172).

A orientação desta revisão partiu do seguinte questionamento: qual o quadro geral dos artigos científicos publicados em periódicos sobre Teoria das Convenções no Agronegócio? O levantamento bibliográfico foi feito em fevereiro de 2025 e a seleção dos artigos foi realizada nas bases de dados Redalyc, Scopus, Web Of Science e Spell (Figura 1). Tal escolha deriva de critérios relacionados à importância acadêmica — Scopus e Web of Science constituem das principais bases de indexação científica — sem o risco da sub-representação da realidade latino-americana — Redalyc e Spell — e, principalmente, brasileira — Spell.

Frente ao baixo número de artigos encontrados, i) optou-se por não delimitar um período específico; ii) foram utilizados diferentes descritores bem como distintas combinações para explorar o maior número de artigos. Os descritores aplicados foram "teoria das convenções", "convention theory", "agronegócio", "agribusiness", "agricultura", "agriculture", "agroindústria", "agroindustry" utilizando o operador booleano AND e OR. A estratégia de busca escolhida nas bases de dados Scopus e Redalyc foi: ("teoria das convenções" OR "convention theory") AND ("agronegócio" OR "agribusiness") OR ("agricultura" OR "agriculture") OR ("agroindústria" OR "agroindustry"). Entretanto, nas bases de dados Spell e Web of Science optou-se por utilizar apenas a estratégia de busca (“teoria das convenções" OR "convention theory") AND ("agronegócio" OR "agribusiness”) uma vez que, especificamente na Web of Science, quando se utilizou a estratégia de busca maior, o resultado incluiu muitos artigos que não abordavam o tema. A escolha de tais palavras deve-se à teoria abordada (EC) e à demanda pela aplicação específica no campo agronegócio, permitindo-se o uso de palavras correlatas (agronegócio, agroindústria, agricultura) além das versões em português ou inglês.

Como critério de inclusão foram selecionados artigos que abordassem o tema da Teoria das Convenções no campo do Agronegócio. Por outro lado, os critérios de exclusão foram artigos duplicados e/ou não disponibilizados na íntegra. Após a realização da busca dos artigos nas bases de dados com a seleção do filtro relativo a textos disponíveis na íntegra/textos completos, os estudos foram exportados para a plataforma de gerenciamento de referências Medley com o objetivo de eliminar os duplicados. Em seguida, foi realizada a leitura do título e do resumo de cada um dos artigos pré-selecionados. Após a seleção dos artigos que cumpriram os critérios de inclusão, passou-se à leitura na íntegra com o objetivo de se identificar, entre os artigos, aqueles que apresentavam temas convergentes e divergentes.

Figura 1: Fluxograma do processo de seleção dos artigos



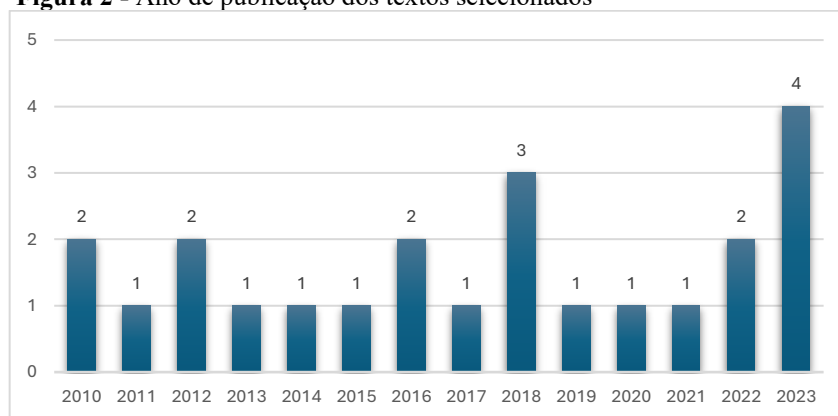
Fonte: elaboração dos autores (2025).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A fase de levantamento bibliográfico nas bases de dados ocorreu da seguinte forma: o primeiro levantamento resultou em 53 artigos: Redalyc (22), Spell (2), Web Of Science (1), Scopus (28); posteriormente, foram aplicados os filtros de textos disponibilizados na íntegra, gerando 35 artigos pré-selecionados. Após a verificação e exclusão dos textos duplicados (n= 3) foram obtidos 32 artigos, passando este número para 23 quando da leitura do título e do resumo, número que correspondente ao total de artigos para serem lidos na íntegra.

Na Figura 2 estão indicados os anos de publicação dos textos componentes da análise do presente trabalho. É possível perceber dois movimentos: o primeiro é que não há pesquisas anteriores ao ano de 2010 que contemplem a aplicação da Teoria das Convenções ao agronegócio. O segundo é que não há publicações após o ano de 2023. Disto, pode-se concluir, a partir dos dados aqui apresentados, que além de poucos textos que se utilizam deste referencial teórico no objeto agronegócio, estes ainda são bastante concentrados num período de apenas 13 anos.

Figura 2 - Ano de publicação dos textos selecionados

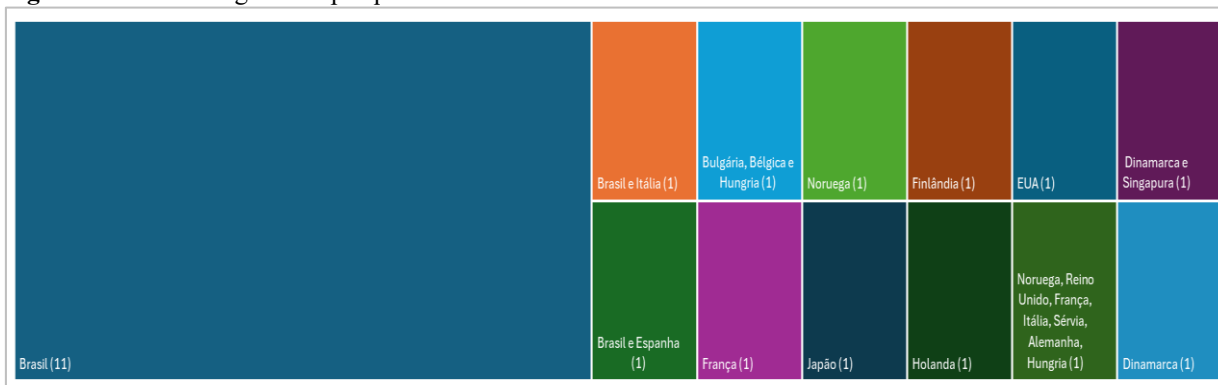


Fonte: elaboração dos autores (2025)

Quanto às bases de origem dos artigos, observa-se que 91% dos textos estão concentrados em apenas duas bases, Redalyc (10) e Scopus (11). Ainda, destaca-se que na Redalyc (Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal), base composta por textos em língua portuguesa e espanhola, foram encontrados, em sua maioria, textos de autores brasileiros estudando o próprio país. Na Scopus estão centralizados os textos em língua inglesa produzidos por autores de países desenvolvidos estudando países desenvolvidos. Spell e Web of Science apresentaram, cada uma delas, um artigo apenas. Desse conjunto de textos há uma predominância de estudos de tipo qualitativo (20) frente aos quantitativos (3) com destaque para análises voltadas para estudos de caso e revisões bibliográficas.

Na Figura 3 foram identificados os países de origem dos pesquisadores/autores dos textos objetos desta análise, ou seja, o país sede da universidade na qual os pesquisadores estão vinculados. Predominam pesquisadores brasileiros interessados na aplicação da Teoria das Convenções no estudo do agronegócio e há clara distinção de dois grupos de pesquisadores, um formado por brasileiros e outro que agrupa os europeus.

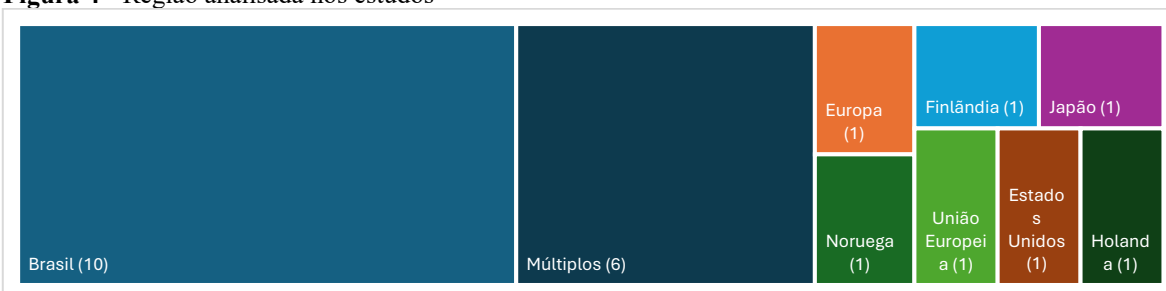
Figura 3 - Países de origem dos pesquisadores



Fonte: elaboração própria (2025)

Em relação às regiões analisadas nas pesquisas (**Figura 4**), é clara uma divisão entre pesquisas que abordam o Brasil e as que tratam de regiões desenvolvidas (Europa, União Europeia, Japão e Estados Unidos). Todavia, os estudos aqui considerados como “Múltiplos” costumam incorporar componentes destes dois grupos em uma mesma análise. Destaca-se que os estudos referentes ao Brasil estão centrados nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

Figura 4 - Região analisada nos estudos



Fonte: elaboração própria (2025)

Os artigos foram aqui dispostos juntamente com suas temáticas (**Quadro 2**) a partir das quais foram extraídas categorias representativas dos conteúdos abordados (**Figura 5**).

Quadro 2 - Artigos da revisão sistemática (autores, temática)

| Autor(es) | Temáticas |
|---|--|
| Vendruscolo, Waquil, Anjos, Tourrand e Ventura (2023) | Setores sob críticas/incerteza, mudanças institucionais/instituições |
| Roldan, Blasco, Roldan, Revillion e Lema (2023) | Qualidade, valores pessoais, capital humano, produção artesanal de alimentos |
| Silva, Schinaider, Dorneles e Silva (2017) | Turismo rural, produção local, construção social da qualidade, cadeias curtas, desenvolvimento, ambiente informal |
| Anjos, Silva e Pollnow (2016) | Produção agroalimentar, qualidade, construção social da qualidade, marca coletiva |
| Schneider e Ferrari (2015) | Produção artesanal, enraizamento, agricultura familiar, cadeia agroalimentar curta, qualidade |
| Pinto e Froehlich (2014) | Comércio justo, agricultura familiar, construção social de mercados, estratégias de diferenciação |
| Santos Jr., Fischer, Sehnem, Waquil e Giansini (2013) | Agroindústria rural (pequenos, medios produtores rurais, agricultura familiar), padronização, inserção nos mercados, desenvolvimento rural |
| Azevedo, Pedrozo e Malafaia (2012) | Diálogo entre stakeholders do agronegócio Mudanças climáticas Setores sob críticas /Incerteza |

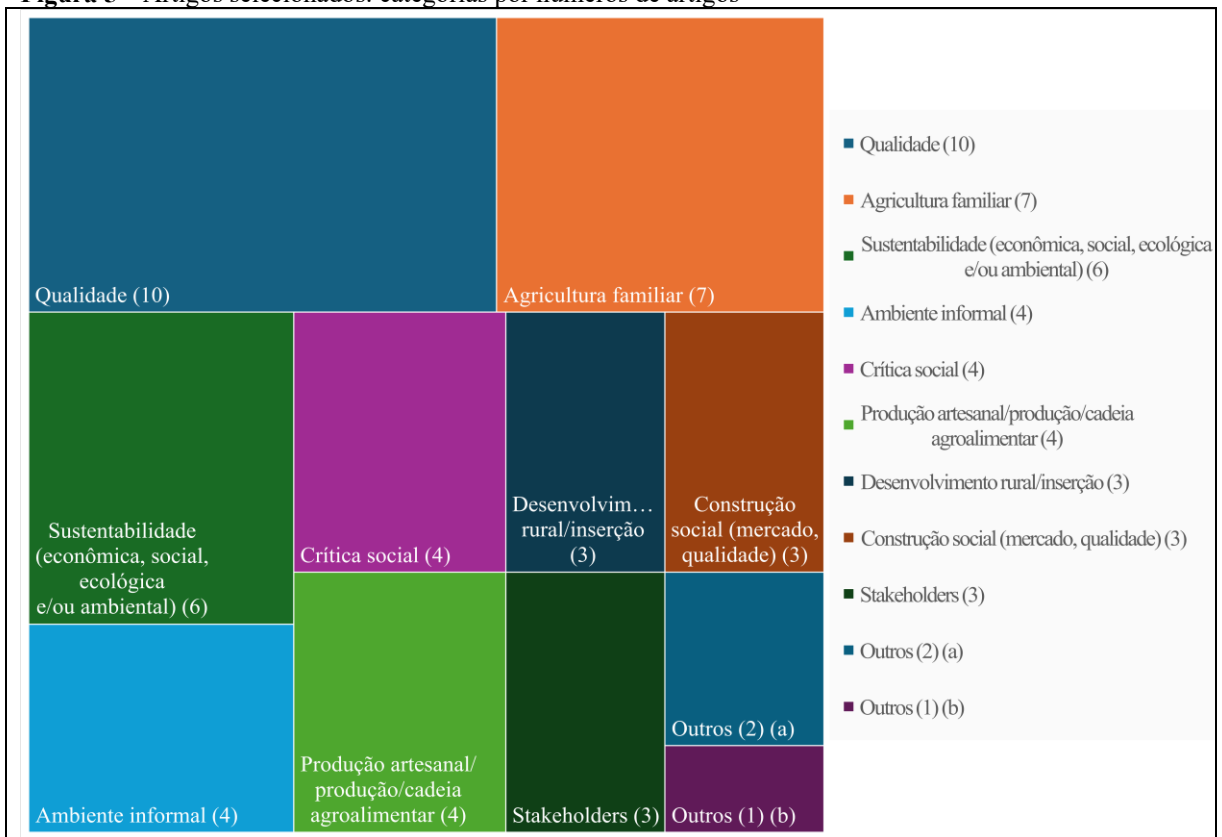
| Autor(es) | Temáticas |
|--|--|
| Tomas, Sproesser e Batalha (2012) | Inovações na agricultura, críticas sociais, justificação, agricultura familiar, reforma agrária, renda, capital social, convenções, desenvolvimento, mercado local |
| Nichele, Waquil (2011) | Agricultura familiar, diversificação dos produtos, padronização dos processos, qualidade regras de produção e convenções, confiança, ambiente informal, reconhecimento mútuo |
| Souza, Sproesser, Campeão e Leão (2010) | Estruturas de governança, ambiente informal |
| Roldan e Revillion (2019) | Produção artesanal, 'qualidade, relações de confiança |
| Ponte (2016). | Revisão de literatura, TC, estudos agroalimentares, redes alternativas de alimentos, coordenação, governança nas cadeias de valor, qualidade |
| Riisgaard, Lund-Thomsen e Coe (2023) | Convenções industriais tradicionais de qualidade, padrões de sustentabilidade, redes globais de produção |
| Vendruscolo, Matte, Ventura, Tourrand e Waquil (2018) | Mercados, agricultura familiar, reconexão e revalorização, setor agroalimentar, qualidade |
| Johnson-Hall, T. D., & Hall, D. C. | Qualidade dos produtos alimentares, sustentabilidade social, ecológica e econômica |
| Amilien <i>et al</i> (2022) | Esquema de qualidade dos alimentos (FQS), lacuna atitude-comportamento, vendas de produtos certificados, engajamento, consumo sustentável, etnografia |
| Lehtimäki (2019) | Agricultura tradicional e orgânica, justificação |
| Driessen (2012) | Bem-estar animal, ordens de valor, sustentabilidade ambiental, ética e preocupação moral |
| Miyake, Uchiyama, Fujihira e Kohsaka (2021) | Mercado de vegetais, cooperativas de consumo, formulação de políticas, Sistemas de Patrimônio Agrícola Globalmente Importantes |
| Logstein e Bjørkhaug (2023) | Bem-estar animal, agricultura industrial multifuncional, "licença social" |
| Slavova, Cronin e Fieldsend (2023) | Inovações na agricultura, críticas sociais e justificação, parcerias multiatores, projetos de inovação agroalimentar |
| Plumecocq, Debril, Duru, Magrini, Sarthou e Therond (2018) | Agroecologia; teoria das convenções; serviço ecossistêmico; sistema agrícola; sistema alimentar; agricultura sustentável; transição |

Fonte: Diversos autores, elaboração própria (2025)

A categoria mais aludida em número de artigos foi qualidade, mencionada em 10 dos 23 artigos; agricultura familiar vem na sequência sendo destaque em 6 e sustentabilidade econômica, ecológica e/ou ambiental aparece em 6 dos 23 artigos.

Nas cadeias agroalimentares, objeto de boa parte dos artigos selecionados, a determinação da qualidade à luz da EC não se restringe a um atributo técnico; resulta de um processo dinâmico, uma espécie de negociação. Sua consecução associa-se a outras categorias, em particular, aquelas relacionadas a relações de confiança e reciprocidade entre consumidores e produtores (categoria ambiente informal) e da aproximação entre estes agentes (categoria cadeias curtas) com vendas diretas, em uma espécie de reconexão destes atores. A qualidade emerge, também, quando da coparticipação entre os distintos atores e organizações nos processos e, por vezes, da relação com o território via resgate histórico, de raças, tradições, saberes. A qualidade associa-se a acordos que agregam os atores de forma que produtores e consumidores dividem o protagonismo do processo de qualificação. A qualidade também resulta da calibragem do capital humano por valores pessoais. Pesa, portanto, a influência de fatores econômicos, sociais e culturais assim, como de fatores simbólicos — identidade territorial, autenticidade, tradição. Nesta construção social da qualidade, a EC se mostra como uma lente teórica de peso ao explorar o mecanismo de ação coletiva, também, para a coordenação de conflitos e tensões que emanam de comportamentos oportunistas, falta de controle na cadeia, normas sanitárias vis-à-vis tradições, artesanal *versus* industrial, a escalabilidade frente à manutenção de valores locais, dentre outros.

Figura 5 – Artigos selecionados: categorias por números de artigos



Fonte: autores diversos, elaboração própria (2025)

(a) Agroindústria rural, bem-estar animal, cadeias curtas, capital humano/social, governança, inovação, mercado/produção local, mercados/produtos certificados, setores sob críticas/incerteza.

(b) Agroecologia, comércio justo, ecossistema, engajamento, enraizamento, etnografia, formulação de políticas, instituições, licença social, marca coletiva, modelo multi-atores, redes globais de produção, reforma agrária, valores pessoais

A agricultura familiar, categoria que aparece com a segunda maior menção em número de artigos, traz discussões relativas aos desafios e estratégias de inserção deste grupo, de onde emerge um cenário onde os costumes, as interações sociais, a tradição familiar são determinantes neste modelo de produção. Nestes empreendimentos, os circuitos curtos aparecem como condicionantes da reespecialização e ressocialização da produção e consumo de alimentos. A EC entra como elemento analítico da relação entre produtores e suas regras de produção visto constituir um setor carente de padronização, estratégia tida como relevante para a inserção destas empresas no mercado e, portanto, determinante do desenvolvimento econômico. Nestes grupos, convenções internas se sobrepõem ao regramento convencional, validando os processos de produção. Assim, as convenções, tanto quanto o capital social e os mercados locais aparecem como fundamentais neste processo.

Ainda dentro das categorias de maior menção nos artigos, tem-se sustentabilidade social, econômica, ecológica e/ou ambiental cuja discussão centra-se em conflitos resultantes de incertezas derivadas, principalmente, de críticas sociais, incertezas essas que se desdobram em novas formas de relacionamento entre os atores. Na pauta desta categoria emergem conflitos, negociações e consolidação de convenções. Convenções tradicionais com geração de valor pelo imperativo de escala despontam como modelos anti-sustentabilidade. A qualidade parece se entrelaçar à sustentabilidade, assim como ao bem-estar animal.

Ocupando menos destaque nos artigos, as categorias ambiente informal, crítica social e produção artesanal/produção/cadeia agroalimentar surgem, cada uma delas, em 4 dos 23

artigos. Ainda: Desenvolvimento rural/inserção, construção social (mercado, qualidade) e stakeholders constituem categorias que aparecem, cada uma delas, em 3 dos 23 artigos mapeados. Ainda: as categorias agroindústria rural, marca coletiva, bem-estar animal, cadeias curtas, capital humano/social, governança, inovação, mercado/produção local, mercados/produtos certificados e setores sob críticas/incerteza surgem com menção, cada uma das categorias, em 2 dos 23 artigos analisados. Por fim, as categorias agroecologia, comércio justo, ecossistema, engajamento, enraizamento, etnografia, formulação de política, instituições, licença social, modelo multi-atores, redes globais de produção, reforma agrária e valores pessoais surgem com menção, cada uma delas, em 1 dos 23 artigos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação analítica da EC se mostrou mais frequente a partir dos anos de 2000 quando da tradução de *On Justification* de Boltanski e Thévenot (1991) e *The New Spirit of Capitalism* de Boltanski e Chiapello (1999) para o inglês. De maneira geral, sua utilização é forte na sociologia como forma de compreensão das dimensões normativas da vida social em seus aspectos comuns, rotineiros e práticos. Surge, também, em análises de estudos geográficos/regionais para explicar como diferentes formas de organização econômica ou "mundos de produção" se combinam e operam em contextos territoriais específicos. Ainda: desponta na literatura de economia política internacional ajudando a integrar a análise das normas sociais e políticas com a compreensão das estruturas de poder e da distribuição de valor (Ponte, 2016). Com o recorte da aplicação da EC para o agronegócio, esta abordagem teórica aparece, nesta revisão sistemática, como instrumental analítico partir de 2010.

A despeito da baixa expressão numérica em termos de artigos selecionados, a EC surpreende ao transpassar áreas e temáticas do agronegócio, indo da atenção a setores que enfrentam críticas sociais como o produtor de tabaco, passando por empresas ancoradas em modelos mais tradicionais de administração a empresas que buscam o lançamento de marcas coletivas até chegar a mercados cuja agregação de valor está na maior aproximação entre os agentes na busca de uma construção social de qualidade. O conflito entre os atores, a tensão, a negociação, o acordo, o pacto se expressam em torno dos objetivos compartilhados dos sujeitos. Inovação, sustentabilidade em todas as suas dimensões e o bem-estar animal também compõem este menu de abordagens. Revela-se, portanto, como um aporte teórico multitemático.

No âmbito da seleção de 23 artigos na área do agronegócio, foi construído um conjunto de categorias contempladas pela ferramenta de análise em questão: qualidade, agricultura familiar, sustentabilidade econômica, social, ecológica e/ou ambiental, crítica social, produção artesanal/produção/cadeia agroalimentar, desenvolvimento rural/inserção, construção social, stakeholders, agroindústria rural, bem-estar animal, cadeias curtas, capital humano/social, governança, inovação, mercado/produção local, mercados/produtos certificados, setores sob críticas/incerteza, agroecologia, comércio justo, ecossistema, engajamento, enraizamento, etnografia, formulação de políticas, instituições, licença social, marca coletiva, modelo multi-atores, redes globais de produção, reforma agrária, valores pessoais. As categorias nas quais a EC tem sido mais amplamente utilizada como ferramenta analítica são qualidade, agricultura familiar e sustentabilidade econômica, social, ecológica e/ou ambiental.

Um elemento distintivo nos estudos aqui selecionados é que boa parte deles parece seguir diretrizes alternativas de desenvolvimento. Mesmo a categoria qualidade — e que aqui aparece em quase metade dos artigos — traz uma tônica menos padronizada permitindo a busca de soluções que colocam produtor e consumidor em igual protagonismo, mais próximos, e acaba sendo, por vezes, validada por relações de confiança, autenticidade e tradição. Ela é, para além do material — com suas técnicas de produção, matérias-primas etc —, simbólica e relacional. Também o conservadorismo administrativo parece poder abrir espaço para modelos de produção alternativos. A própria discussão acerca da inserção das unidades produtoras

familiares já constitui um diferencial em um cenário de hegemonia dos modelos capitalistas oligopolistas, além de que a inserção dos produtores, tida como condicionante de desenvolvimento econômico, se pauta em fatores que alteram os espaços e relações sociais de produção e consumo: cadeias curtas, autenticidade dos produtos, tradição familiar, resgate histórico, identificação com raças, confiança entre os atores envolvidos são elementos alternativos de uma construção social geradora de qualidade. A compreensão das regras do processo de produção muitas vezes desemboca em convenções intragrupo alheias ao regramento convencional, como regras sanitárias, por exemplo.

Identificadas as principais áreas e temáticas do agronegócio que se balizaram na EC como instrumental analítico, passa-se, agora, às possíveis lacunas com potencial para pesquisa futura. A primeira delas — um desdobramento mais que lacuna — consiste em colocar na agenda de pesquisa a elaboração/análise de políticas públicas — a exemplo de diretrizes de facilitação da organização coletiva, diretrizes de fortalecimento das cadeias curta, diretrizes que visem a garantia de qualidade independente de regulamentações formais, dentre outras — para aquelas organizações onde predominam mercados locais, relações informais, de confiança, de não padronização, de relações pessoais. Nos interessa, por outro lado, o fato da EC não ter constituído instrumento para uma possível representação do “mundo do agro” do Brasil atual, hipótese levantada no início deste trabalho. Entende-se que da mesma forma que os mundos doméstico, industrial, de mercado, cívico, da fama e inspirado de Boltanski e Thévenot — além dos que daí derivaram a exemplo da convenção verde, filantrópica, empreendedora etc —, é possível, sim, tal representação. Um “mundo do agro” com sua agregação de atores mobilizados/respaldados por convenções aos moldes da EC com seus valores, normas, critérios de julgamento e de validação de sujeitos, objetos e suas ações, legitimando, desta forma, comportamentos e demandas dentro deste mundo comum.

REFERÊNCIAS

AMILIEN, V. et al. European food quality schemes in everyday food consumption: An exploration of sayings and doings through pragmatic regimes of engagement. **Journal of Rural Studies**, v. 95, p. 336-349, 2022. Disponível em:

<https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2022.09.009>. Acesso em: 3 jan. 2025.

ANJOS, F. S. dos; SILVA, F. N. da; POLLNOW, G. E. O sinuoso caminho de construção da qualidade na ovinocultura pampiana: o caso do cordeiro Herval Premium. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 24, n. 1, p. 287-310, 2016. Disponível em:

<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/623>. Acesso em: 3 jan. 2025.

AZAMBUJA, M. A vocação agrícola do país era nítida desde o primeiro momento.

Agroanalysis, v. 36, n. 10, p. 7-10, out., 2016. Disponível em:

<https://periodicos.fgv.br/agroanalysis/article/view/68392>. Acesso em: 3 jan. 2025.

AZEVEDO, D. B.; PEDROZO, E. Á.; MALAFAIA, G. C. Diálogos entre stakeholders: uma proposta para o agronegócio brasileiro. **Revista Administração Em Diálogo**, v. 14, n. 2, p. 76-101, 2012. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/view/12807>.

Acesso em: 3 jan. 2025.

BOLTANSKI, L.; THEVENOT, L. **On justification: economies of worth**. Tradução: Catherine Porter. Princeton, US; Oxford, UK: Princeton University Press, 2021.

BRUNO, R. O processo de construção da hegemonia do agronegócio no Brasil: recorrências históricas e *habitus* de classe. **Trabalho Necessário**, v. 20, n. 41, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/52566/31501>. Acesso em: 3 jan. 2025.

CAMPOS, A. **O custo da soja para o Brasil**: renúncias fiscais, subsídios e isenções da cadeia produtiva. 2023. Disponível em: <https://actbr.org.br/post/o-custo-da-soja-para-o-brasilrenuncias-fiscais-subsidios-e-isencoes-da-cadeia-produtiva/19648/>. Acesso em: 04 fev. 2024.

Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada CEPEA. PIB do agronegócio mantém queda no segundo trimestre, acumulando recuo de 3,5% em 2024. **CEPEA**, 2024. Disponível em: <https://cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/PIB-DO-AGRONEGOCIO-MANTEM-QUEDA-NO-SEGUNDO-TRIMESTRE.pdf>. Acesso em 03 jan. 2025.

CHIAPELLO, E.; KNOLL, L. The welfare conventions approach: A comparative perspective on social impact bonds. **Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice**, v. 22, n. 2, p. 100-115, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13876988.2019.1695965>. Acesso em: 27 jun. 2023.

DIAZ-BONE, R.; FAVEREAU, O. Perspectives of economics of convention on markets, organizations, and law. An introduction. **Historical Social Research**, v. 44, n. 1, p. 7-24, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.12759/hsr.44.2019.1.7-24>. Acesso em: 4 mar. 2024.

DIAZ-BONE, R. Convention Theory, classification and quantification. **Historical Social Research**, v. 41, n. 2, p. 48-71, 2016a. Disponível em: <https://doi.org/10.12759/hsr.41.2016.2.48-71>. Acesso em: 23 abr. 2024.

DIAZ-BONE, R. Convention theory and neoliberalism **Journal of Cultural Economy**, v. 9, n. 2, p. 214-220. 2016b. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17530350.2015.1083879>. Acesso em 04 nov. 2024.

DIAZ-BONE, R. Discourses, Conventions, and Critique — Perspectives of the Institutional Approach of the Economics of Convention. **Historical Social Research**, v. 42, n. 3, p. 79-96. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.12759/hsr.42.2017.3.79-96>. Acesso em: 23 abr. 2024.

DIAZ-BONE, R. Elaborating the conceptual difference between conventions and institutions. **Historical Social Research**, v. 37, n. 4, p. 64-75, out./dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.12759/hsr.37.2012.4.64-75>. Acesso em 12 mar. 2024.

DIAZ-BONE, R. The methodological standpoint of the “*économie des conventions*”. **Historical Social Research**, v. 30, n. 4, p. 43-63, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.12759/hsr.36.2011.4.43-63>. Acesso em: 14 mar. 2024.

DRIESSEN, C. Farmers engaged in deliberative practices; an ethnographic exploration of the mosaic of concerns in livestock agriculture. **Journal of Agricultural and Environmental Ethics**, v. 25, p. 163-179, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10806-010-9293-z>. Acesso em: 3 jan. 2025.

ELIAS, D. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. **Geosp.** v. 25, n. 2, e-182640, ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/geo/a/RbJHXNzykF8jP9Tn8BbQqBv/>. Acesso em: 05 mai. 2024.

FAVEREAU, O. Conventions and régulation. In: BOYER, R.; SAILLARD, Y. **Régulation theory: the state of the art.** London, UK; New York, US: Routledge, 2002. pp. 312-319.

FONSECA, P. C. D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Revista PUC-SP**, v. 15, n. 2(26), 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11934/8639>. Acesso em 08/05/2022.

FORSSELL, S; LANKOSKI, L. Shaping norms. A convention theoretical examination of alternative food retailers as food sustainability transition actors. **Journal of Rural Studies**, v. 63, p. 46-56, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0743016717308343>. Acesso em: 30 abr. 2024.

GÁLVEZ, A.; TIRADO, F.; ALCARAZ, J. M. “Oh! Teleworking!” regimes of engagement and the lived experience of female Spanish teleworkers. **Business Ethics: A European Review**, v. 29, n. 1, p. 180–192, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/beer.12240>. Acesso em : 16 fev. 2025.

JOHNSON-HALL, T. D.; HALL, D. C. Redefining quality in food supply chains via the natural resource based view and convention theory. **Sustainability**, v. 14, n. 15, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su14159456>. Acesso em: 3 jan. 2025.

SANTOS Jr., S. S.; FISCHER, A.; SEHNEM, S.; WAQUIL, P. D.; GIANESINI, M. Padronização de produtos das agroindústrias rurais e a inserção nos mercados. **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 2, p. 155-176, 2013. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/2933>. Acesso em: 3 jan. 2025.

KRAUSS, K. M.; SANDÄNG, A.; KARLSSON, E. Budgeting under public scrutiny: tracing the justification work of stakeholder groups in the controversy of an Olympic candidature. **Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management**, v. 33, n. 2, p. 207-233, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-06-2020-0092>. Acesso em: 3 jan. 2025.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** Tradução: Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LEHTIMÄKI, T. Making a difference. Constructing relations between organic and conventional agriculture in Finland in the emergence of organic agriculture. **Sociologia Ruralis**, v. 59, n. 1, p. 113-136, 2019. 13–136. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/soru.12222>. Acesso em: 3 jan. 2025.

LOCATEL, C. D.; LIMA, F. L. S. Agronegócio e poder político: políticas agrícolas e o exercício do poder no Brasil. **Sociedade e Território**, v. 28, n. 2, p. 57-81. jun./dez. de 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/11583/8166>. Acesso em: 3 jan. 2025.

LOGSTEIN, B; BJØRKHAUG, H. Good Animal Welfare in Norwegian Farmers' context. Can both industrial and natural conventions be achieved in the social license to farm? **Journal of Rural Studies**, v. 99, p. 107-120, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2023.03.002>. Acesso em: 3 jan. 2025.

MIYAKE, Y.; UCHIYAMA, Y.; FUJIHIRA, Y.; KOHSAKA, R. Towards evidence based policy making in GIAHS: Convention theory and effects of GIAHS registration on the wholesale and retail trade of traditional and local vegetables. **Sustainability**, v. 13, n. 10, p. 5330, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su13105330>. Acesso em: 3 jan. 2025.

MONTEZUMA, T. de F. P. F. A política de isenção fiscal de agrotóxicos no Brasil: discursos e interesses em disputa na ADI 5553. **Revista InSURgência**. Brasília ano 5 v. 5 n. 1. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/28901>. Acesso em: 20 abr. 2022.

NICHELE, F. S.; WAQUIL, P. D. Rural familiar agroindustry, quality of colonial production and the view of theory of the convention. **Ciencia Rural**, v. 41, n. 12, p. 2230-2236, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-84782011001200030>. Acesso em: 3 jan. 2025.

PLUMECOCQ, G.; DEBRIL, R.; DURU, M.; MARIE-BENOÎT, M.; SARTHOU, J. P.; THEROND, O. The plurality of values in sustainable agriculture models. **Ecology and Society**, v. 23, n. 1, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5751/ES-09881-230121>. Acesso em: 3 jan. 2025.

PINTO, N. L.; FROEHLICH, J. M. Agricultura familiar e estratégias de diferenciação para acesso a mercados: As possibilidades do comércio justo no Brasil. **Agroalimentaria**, v. 20, n. 39, p. 79-94, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1992/199232240009.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2025.

PONTE, S. Convention theory in the Anglophone agro-food literature: Past, present and future. **Journal of Rural Studies**, v. 44, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jrurstud.2015.12.019>. Acesso em 23 fev. 2025.

RALLET, A.; MOTLOW, D. Convention theory and economics. **Réseaux – The French Journal of Communication**, v. 3, n. 2, p. 167-186, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/reso.1995.3295>. Acesso em: 28 fev. 2024.

RIISGAARD, L.; LUND-THOMSEN, P.; COE, N. M. Multistakeholder initiatives in global production networks: Naturalizing specific understandings of sustainability through the Better Cotton Initiative. **Global Networks**, v. 20, n. 2, p. 211-236, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/glob.12251>. Acesso em: 27 fev. 2025.

ROLDAN, B. B.; BLASCO, M. R.; ROLDAN, L. B.; REVILLION, J. P. P.; LEMA, D. G. P. de. The mediating effect of personal values on the influence of human capital on the production of artisanal cheeses. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 19, n. 1, p. 199-219, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v19i1.6176>. Acesso em: 3 jan. 2025

ROLDAN, B. B.; REVILLION, J. P. P. Uma estrutura de abordagem da qualidade de queijos artesanais a partir da teoria das convenções. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 21,

n. 1-3, p. 105-114, 2019. Disponível em:

<https://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/1502>. Acesso em: 1 jan. 2025.

SCHNEIDER, J.; POLLOCK, K.; WILKINSON, S.; PERRY-YOUNG, L.; TRAVERS, C.; TURNER, N. The subjective world of home care workers in dementia: an “order of worth” analysis. **Home Health Care Services Quarterly**, v. 38, n. 2, p. 96–109, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01621424.2019.1578715>. Acesso em: 10 set 2024.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar: o processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações rurais & agroindustriais**, v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/151097>. Acesso em: 3 jan. 2025.

SILVA, M. A. C. da; SCHINAIDER, A. D.; DORNELES, F. M.; SILVA, S. C. C. da. O turismo rural e os produtos locais: construção social da qualidade a partir da teoria das convenções. **Revista Rosa dos Ventos-Turismo e Hospitalidade**, v. 9, n. 3, p. 433-446, 2017. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/4749>. Acesso em: 3 jan. 2025.

SLAVOVA, P.; CRONIN, E.; FIELDSEND, A. F. Working together in project-based multi-actor partnerships in the agro-food sector in Europe: Compromises, clarifications and denunciations. **Journal of Rural Studies**, v. 104, p. 103-150, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2023.103150>. Acesso em: 3 jan. 2025.

SOUZA. H. **PL compõe 1/4 da bancada ruralista na Câmara, que chega a 300 deputados. De Olho nos Ruralistas** – Observatório do Agronegócio no Brasil, 26 abr. 2023. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2023/04/26/pl-compoe-1-4-da-bancada-ruralista-na-camara-que-chega-a-300-deputados/>. Acesso em 26 dez. 2024.

SOUZA, P. A. R. de; SPROESSER, R. L.; CAMPEÃO, P.; LEÃO, F. R. Estruturas de governança na cadeia produtiva de piscicultura de Dourados-MS: uma abordagem focada na Teoria Econômica das Convenções. **Revista de Administração da UNIMEP**, v. 8, n. 2, p. 91-105, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2737/273719799006.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2025.

SWAFFIELD, J.; EVANS, D.; WELCH, D. Profit, reputation and ‘doing the right thing’: Convention theory and the problem of food waste in the UK retail sector. **Geoforum**, v. 89, p. 43-51, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0016718518300022>. Acesso em 10 out. 2023.

TOMAS, R. N.; SPROESSER, R. L.; BATALHA, M. O. Convenções, capital social e desenvolvimento efetivo na agricultura familiar: O caso de Mato Grosso Do Sul. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 14, n. 3, p. 409-425, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/878/87825497010.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2025.

TONANI, A.; CRISTALDO, R. C.; BENINI, E. G. Agroestratégia no Brasil, entre convenções e arranjos corporatistas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, 48., 2024, Florianópolis, SC. **Anais** [...]. Maringá, PR: ANPAD, 2024a.

TONANI, A.; CRISTALDO, R. C.; BENINI, E. G. Por entre convenções e corporatismo: uma identificação dos atores das agroestratégias no Brasil. In: II CIAP — CONGRESSO INTERNACIONAL & III CONAP - CONGRESSO NACIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA REDE NACIONAL PROFIAP, 2024, Campo Grande, MS. **Anais** [...]. 2024b.

VENDRUSCOLO, R.; MATTE, A.; VENTURA, F.; TOURRAND, J. F.; WAQUIL, P. D. Entre a reconexão e a revalorização: a constituição de convenções em mercados da agricultura familiar no Brasil, na Itália e na França. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 26, n. 3, p. 495-516, 2018. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-3_entre_a_reconexao. Acesso em: 27 fev. 2025.

VENDRUSCOLO, R.; WAQUIL, P. D.; ANJOS, J. C. G. dos; TOURRAND, J. F.; VENTURA, F. Institutions and critiques in tobacco cultivation in Rio Grande do Sul—Brazil: institutional changes and reaffirmation. **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 28, p. 1-24, 2023. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5520/552078284021/>. Acesso em: 3 jan. 2025.

WILKINSON, J. A contribuição da teoria francesa das convenções para os estudos agroalimentares — algumas considerações iniciais. **Ensaio FEE**, v. 20, n. 2, p. 64-80, 1999. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/1951>. Acesso em: 3 jan. 2025.

ⁱ Milho e soja, por exemplo, dividiram 72% do crédito de custeio para as lavouras no país, em 2022. A renúncia fiscal na cadeia produtiva da soja é quase o dobro da renúncia fiscal estimada pelo Governo Federal para toda a cesta básica, calculada em R\$ 30 bilhões (Campos, 2023).

ⁱⁱ Além do trabalho de Boltanski e Thévenot (2021), Storper e Salais (1997) também elaboraram seu modelo de convenções, os chamados “mundos de produção”, assim como também o fizeram outros pesquisadores (Diaz-Bone, 2017). Convenção filantrópica, comunitária, cívica, pleno emprego, mercado, empreendedor, financeiro e comportamental constituem convenções de bem-estar exemplificativas destas possibilidades (Chiapello; Knoll, 2020), assim como a convenção verde integra os mundos da literatura agroalimentar (Forssell, Lankoski, 2018). Neste trabalho será utilizada como referência o modelo original de Boltanski e Thévenot (2021).

ⁱⁱⁱ A justificação ocupa centralidade na coordenação entre os agentes, facilitando acordos ou debates legítimos à medida que a legitimidade das ações dependerá da sua capacidade de se sobrepor às críticas (Boltanski; Thévenot, 2021).